

Boletim Gaúcho de Geografia

<http://seer.ufrgs.br/bgg>

NOVAS DINÂMICAS TERRITORIAIS NO ÁRTICO: COOPERAÇÃO OU NOVA GUERRA FRIA?

Enoil de Souza Júnior; Kátia Kellem da Rosa; Jefferson Cardia Simões

Boletim Gaúcho de Geografia, v. 43, n.1, Agosto, 2016.

Versão online disponível em:

<http://seer.ufrgs.br/index.php/bgg/article/view/55751>

Publicado por

Associação dos Geógrafos Brasileiros



Portal de Periódicos
UFRGS

UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO SUL

Informações Adicionais

Email: portoalegre@agb.org.br

Políticas: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/editorialPolicies#openAccessPolicy>

Submissão: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#onlineSubmissions>

Diretrizes: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#authorGuidelines>

Data de publicação - Agosto, 2016.
Associação dos Geógrafos Brasileiros
Seção Porto Alegre, RS, Brasil.

NOVAS DINÂMICAS TERRITORIAIS NO ÁRTICO: COOPERAÇÃO OU NOVA GUERRA FRIA?

Enoil de Souza Júnior

Centro Polar e Climático/UFRGS. E-mail: enoil.junior@ufrgs.br

Kátia Kellem da Rosa

Centro Polar e Climático/UFRGS. E-mail: katiakellem@gmail.com

Jefferson Cardia Simões

Centro Polar e Climático/UFRGS. E-mail: jefferson.simoese@ufrgs.br

RESUMO

O Ártico é uma das regiões do planeta mais sensíveis às mudanças climáticas e passa por drásticas mudanças ambientais, tais como a redução da área coberta por gelo marinho. A retração do gelo marinho facilita o acesso a áreas de exploração de óleo e gás. Porém para acessar os recursos minerais os países costeiros: EUA, Canadá, Dinamarca (Groenlândia), Islândia, Noruega e Rússia, reivindicam ou pretendem reivindicar Zonas Econômicas Exclusivas (ZEEs) para explorar a plataforma continental conforme previsto pela Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar. Nesse artigo analisa-se os interesses territoriais e as ações realizadas por esses países, bem como as riquezas disponíveis na região. A expansão em direção ao norte tem levado a uma tensão no Ártico, pois algumas áreas reclamadas se sobrepõe. O cenário político é incerto para a região, principalmente se considerarmos o forte antagonismo entre os EUA e a Rússia. Essa tensão foi acentuada pela recente crise na Ucrânia, o qual poderá contribuir para a instabilidade das relações internacionais no Ártico. A questão ártica está em pauta no debate internacional, principalmente por conta das mudanças ambientais. Por isso nações não árticas como Alemanha, França, e até mesmo China e Índia pretendem se inserir nos assuntos relacionados ao Ártico. No Brasil essa temática ainda é incipiente, porém há um esforço por parte da comunidade acadêmica para que o Brasil participe mais ativamente dessas questões.

PALAVRAS-CHAVE: Ártico. Geopolítica. Território. Petróleo.

1. INTRODUÇÃO

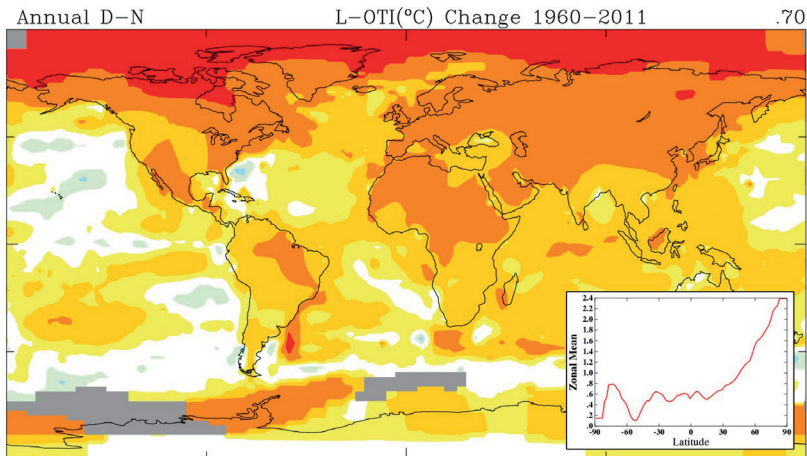
A região ártica é a que mais tem aquecido nos últimos 30 anos (Figura 1), a opinião dos cientistas é de que esse aquecimento tem sido causado pelo aumento da concentração dos gases causadores/intensificadores do efeito estufa, sendo então o Ártico, o primeiro lugar no planeta a dar fortes indícios do aquecimento do planeta. O aquecimento do Ártico, tem causado mudanças na extensão e volume do gelo marinho, cobertura de neve e também mudanças na extensão do permafrost, solo permanentemente congelado. As mensurações com satélites evidenciam um decréscimo de 30% na extensão de gelo marinho no mês de setembro, o mês que marca o fim do período de derretimento do gelo marinho, essas mesmas mensurações, também mostram que geleiras da Groenlândia e norte do Canadá, estão retraindo (NSIDC, 2014).

Com o aumento das temperaturas e a conseqüente diminuição na cobertura de gelo marinho, surge no cenário internacional uma nova região até então pouco explorada, a região Ártica (Figura 1). De acordo com United States Geological Survey (USGS) (2008), 13% do petróleo mundial e 30% do gás natural ainda não descobertos estão situados ao norte do Círculo Polar Ártico, sendo que das reservas de gás, 70% estão no setor russo (TAMNES, 2011).

A figura 1 mostra as tendências da temperatura média do ar durante o período entre 1960 a 2011. Observa-se que o Ártico está na cor vermelha, o que indica que a tendência ao longo deste período de 50 anos foi de aumento na temperatura do ar de mais de 2° C (3,6° F) em grande parte do Ártico, que foi maior do que em outras partes do globo. A inserção mostra tendência linear ao longo do período por latitude.

Esse artigo propõe-se a examinar as recentes políticas criadas diante do novo panorama ambiental e geopolítico no Ártico, buscando-se compreender como os países da região estão se preparando para esses novos desafios e assim traçar o novo cenário geopolítico da região. Utilizou-se a metodologia de pesquisa dedutiva, num primeiro momento buscou-se nos autores as primeiras tratativas de se apossar dos territórios no Ártico, posteriormente realizou-se uma pesquisa nos documentos publicados pelos países árticos para apreender as ações propostas para a região e assim estabelecer um cenário para a região.

Figura 1 – Tendência da temperatura superficial do planeta para o período 1960–2011



Fonte: NASA GISS, 2014

2. PRIMEIRAS REIVINDICAÇÕES NO ÁRTICO

A primeira reivindicação territorial no Ártico, ocorreu em 1907, realizada pelo senador canadense Pascal Poirier, baseada na teoria dos setores, que consiste em dividir a Terra de acordo com os meridianos e paralelos, conforme as reivindicações territoriais na Antártica. O senador Poirier propôs o domínio canadense para as terras e ilhas entre o Canadá e o Polo Norte, entre os meridianos de 141 a 60° oeste (HEAD, 1963).

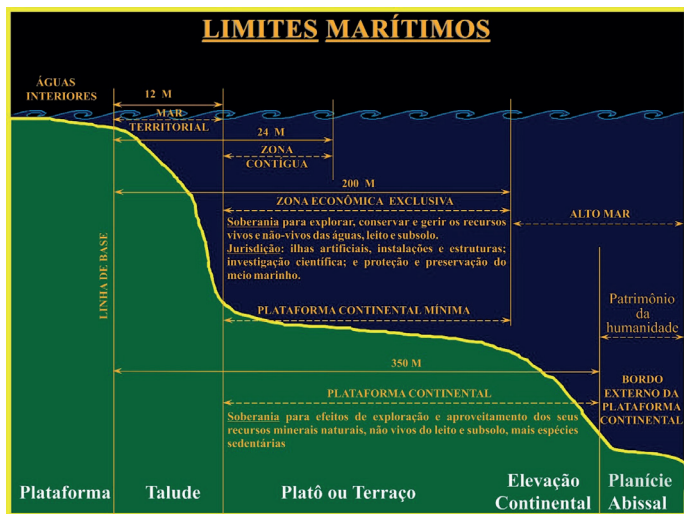
Entretanto os esforços do senador Poirier, não seguiram adiante naquele ano. Porém em 1926, o governo Soviético fez uma reivindicação formal, baseado na teoria dos setores, para as ilhas e terras descobertas ou não descobertas até aquela data, entre o norte do continente asiático e o Polo Norte (HEAD, 1960).

O resultado do decreto soviético foi a discussão sobre o direito do mar adjacente às ilhas, pois o decreto reclamava apenas as ilhas e terras no Ártico, porém, não constava no mesmo a reclamação sobre o mar e o gelo marinho, assim o Oceano Ártico estaria livre para a passagem de navios e também para a pesca (HEAD, 1960). Dessa maneira, a discussão sobre a soberania do Ártico estava longe de acabar, uma vez que o decreto soviético não alegou soberania sobre as rotas marítimas, nem sobre o subsolo do Oceano Ártico, onde hoje se sabe que há petróleo.

No início da Segunda Guerra, no ano de 1945, o presidente americano Truman (1945), declarou a necessidade de buscar novas fontes de petróleo. Assim foi elaborado um documento autorizando a exploração e exploração de petróleo e outros minerais na plataforma continental, além do limite de três milhas da costa, isso impulsionou a exploração de petróleo no Alasca.

As reivindicações territoriais marítimas, como é o caso do Ártico, parecem ter um desfecho com a Convenção das Nações Unidas para o Direito do Mar (CNUDM) de 1982, onde legitima-se no artigo 76 a criação de Zona Econômica Exclusiva (ZEE), onde o país costeiro pode extrair os recursos vivos e não vivos do oceano e também do fundo marinho. A CNUDM explicita que os países costeiros possuem um limite de 12 milhas náuticas a partir de sua costa, chamada de mar territorial, essa faixa é a continuação do litoral, ou seja, o país tem plena soberania (BRASIL, 1995).

Figura 2: Limites jurídicos da plataforma continental, a unidade representada pela letra M são milhas náuticas, equivalente a 1 852 metros.



Fonte: CIRM, 2014

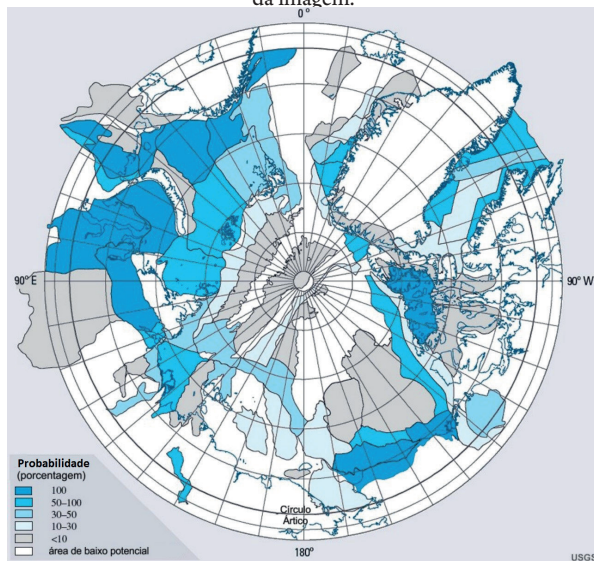
Após essa faixa de água territoriais, há um outro limite de mais 12 milhas náuticas, chamada de zona contígua, onde o Estado tem jurisdição para atividades de imigração ilegal, contrabando etc. Já a ZEE, é medida da linha do mar territorial a 200 milhas náuticas no caso da plataforma continental se estender além dessas

200 milhas, o Estado costeiro pode requer junto a ONU, a exploração da plataforma continental num limite de até 350 milhas náuticas (BRASIL, 1995), porém para que isso ocorra, é necessário a prova de que a plataforma continental exceda esse limite de 200 milhas.

3. RECURSOS ENCONTRADOS NO ÁRTICO

A expansão dos interesses dos países árticos, em direção ao norte, ocorre pela grande quantidade de recursos encontrados na região. As perfurações à procura de petróleo no Ártico, que deram origem aos primeiros poços, ocorreram no ano de 1920 no vale do rio Mackenzie, Canadá (THE ECONOMIST, 2012). Os primeiros recursos energéticos encontrados no Ártico em larga escala, foram descobertos nos campos de Tazovskoye na Sibéria e Prudhoe Bay, no Alasca, na década de 1960 (COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS, 2014). Atualmente, de acordo com USGS (2008), 13% do petróleo mundial e 30% do gás natural ainda não descobertos estão situados ao norte do Círculo Polar Ártico, sendo que das reservas de gás, 70% está no setor russo (Figura 3).

Figura 3: Áreas de potenciais reservas de petróleo no Ártico, o setor russo encontra-se à esquerda da imagem.



Fonte: Adaptado de USGS, 2008

Estima-se que na próxima década a região ártica receberá um investimento em torno dos 100 bilhões de dólares, de empresas como Statoil (Noruega), Shell (Anglo-holandesa), Gazprom (Rússia) e outras. Entretanto, de todos países árticos, os EUA têm de enfrentar questões ligadas ao meio-ambiente, onde ambientalistas se posicionam fortemente contra as perfurações no Alasca (THE ECONOMIST, 2012).

Entretanto, as estimativas nem sempre são confirmadas, por isso é necessário olhar com certa desconfiança para estes dados, só é possível confirmar a existência de hidrocarbonetos através da perfuração. TAMNES (2011) aponta algumas considerações como o alto grau de incerteza quanto as reservas de combustíveis fósseis no Ártico, o desafio ambiental, logístico, tecnológico e o alto custo para extração desses recursos.

Já há produção de óleo e gás no Ártico, como mostra a figura 4, e para o escoamento da produção há diversos gasodutos e oleodutos ligando as regiões produtoras às áreas de refino ou escoamento, para dar conta da demanda do aumento da produção, há projetos de novos gasodutos e oleodutos.

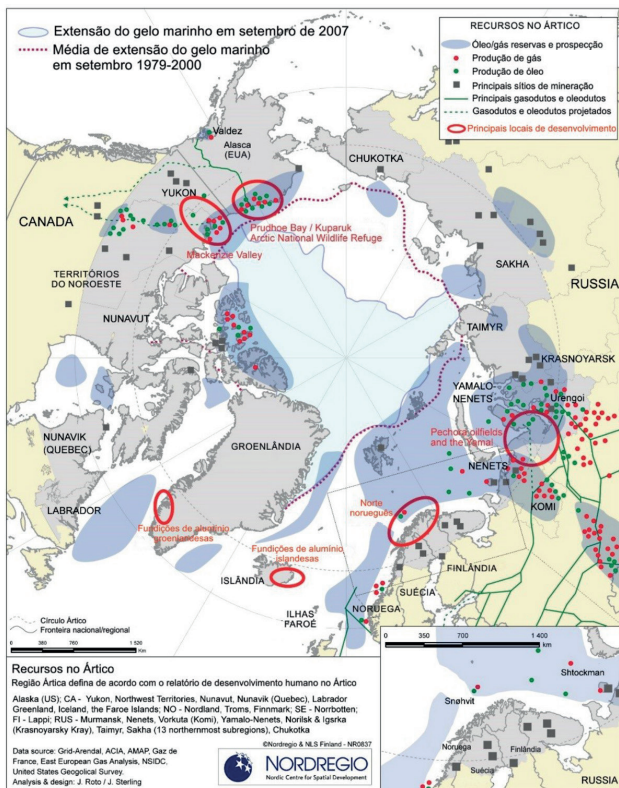
Além de grandes reservas de óleo e gás, na Sibéria são encontrados também recursos minerais: níquel, ouro, carvão, molibdênio, diamantes, prata e zinco. A região de Sakha República / Yakutsk produz cerca de 25 % do fornecimento de diamantes brutos do mundo, fazendo com que a Rússia seja o segundo maior produtor do mundo. Outros recursos como cobre, ferro, estanho, platina, paládio, apatita, cobalto, titânio, metais raros, matérias-primas cerâmicas, mica, e pedras preciosas também são encontrados no norte da Rússia (THE ARCTIC, 2014).

No Ártico americano e canadense também ocorre mineração de ouro, carvão, zinco e o Canadá também está no topo da produção de diamantes. Já na Groenlândia há interesse na extração de diamantes, ouro, nióbio, tântalo, urânio, ferro e ainda terras-raras (THE ARCTIC, 2014). Nos países nórdicos a mineração também é uma atividade importante, principalmente na Finlândia, onde há grande minas a céu aberto para extração de urânio, minério de ferro, níquel e terras-raras (KOKKO *et al*, 2014).

Além da grande quantidade de minerais, há inúmeros recursos biológicos no Ártico, dentre eles, a pesca é considerada o mais importante, os mares de Bering, Barents e da Groenlândia produzem juntos cerca de 10% do pescado mundial (ENCICLOPÉDIA BRITÂNICA, 2013). Devido a diminuição da cobertura de gelo marinho, Perry e Andersen (2012), destacam que o aquecimento do Ártico pode dar acesso a novas áreas de pesca, porém os barcos de pesca podem não estar devidamente preparados para enfrentar as condições climáticas da região. Além

disso, um oceano mais quente pode promover a migração dos cardumes para áreas mais frias, o que geraria disputas territoriais por áreas de pesca.

Figura 4: Reservas de óleo e gás, localização de minas e infraestrutura no Ártico.



Fonte: Adaptado de NORDREGIO, 2011

No Ártico continental, o pastoreio de renas é a principal atividade, sendo desenvolvida em nove países: Noruega, Finlândia, Suécia, Rússia, Groenlândia (Dinamarca), Alasca (EUA), Canadá, Mongólia e China. Estima-se que o rebanho de renas esteja em torno de 3,4 milhões de cabeças. O pastoreio de renas cria muitos empregos e a carne desse animal é muito consumida, principalmente na Escandinávia, além de ter um papel importantíssimo na cultura dos povos indígenas (REINDEER HERDING, 2014).

4. O SÉCULO XXI E A EXPANSÃO EM DIREÇÃO AO ÁRTICO

O século XXI é caracterizado pela expansão em busca dos recursos naturais encontrados no Oceano Ártico (Figura 5). Essa expansão em direção ao oceano gera tensões nas delimitações das fronteiras, levando a questão para o âmbito do direito internacional, discutido por Santos (2007).

A figura 5 ilustra uma possível expansão dos países costeiros árticos em direção ao Polo Norte, por conta da grande quantidade de recursos encontrados na região, contudo, há diversas questões legais que devem ser resolvidas antes disso ocorrer. Os EUA, por exemplo, não assinaram a CNUDM, porém proclamaram a criação de sua ZEE por conta própria.

Figura 5: Zonas Econômicas Exclusivas e áreas reclamadas no Oceano Ártico



Fonte: Adaptado de INTERNATIONAL BOUNDARIES RESEARCH UNIT (IBRU), 2013

Dos cinco países costeiros somente Rússia e Noruega pediram a exploração da plataforma continental além das 200 milhas náuticas (IBRU, 2013), esse pedido está sendo analisado pela Comissão dos Limites da Plataforma Continental (CLPC) assim como o pedido do Brasil. A Figura 6 também mostra as áreas potenciais de reivindicações dos outros três países, Dinamarca, Canadá e EUA. Além disso, antes mesmo de autorizada a exploração das plataformas continentais, já há áreas de interesse sobrepostas, que geram uma certa tensão na região. Como era o caso da fronteira marítima entre Rússia e Noruega que foi acordada diplomaticamente em 2010 (NORUEGA, 2011).

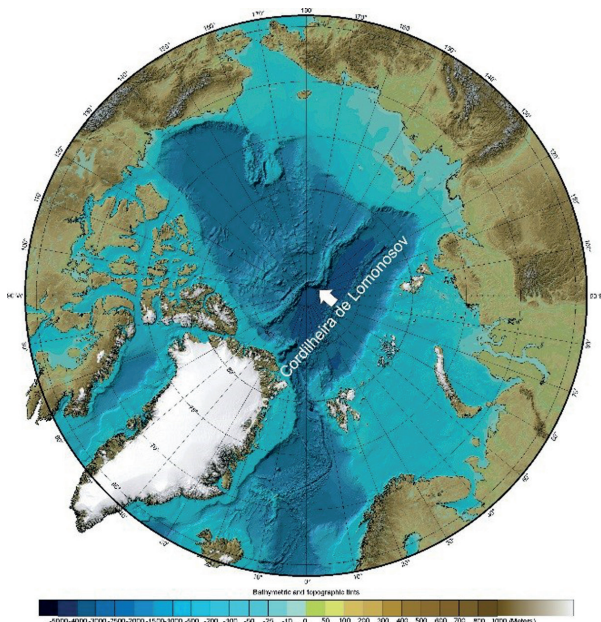
Os outros casos de litígio como a fronteira marítima entre Canadá e EUA, e algumas ilhas reivindicadas por dois países, como é o caso da ilha Hans, situada na fronteira marítima entre Canadá e Groenlândia (Dinamarca), devem seguir o exemplo norueguês-russo, sendo resolvidos de maneira diplomática, contribuindo assim para a diminuição da tensão na região. Algumas áreas apresentam sobreposição de reivindicação, essas sobreposições elevam a tensão, pois cria-se nessas áreas zonas de disputas territoriais, que geralmente leva-se muito tempo para serem resolvidas, e quando acontece de forma arbitrária pode permanecer um espírito de revanchismo. Por isso, acreditamos que a melhor maneira de resolver esses litígios é de forma diplomática entre os envolvidos.

A Cordilheira de Lomonosov (Figura 6) está no centro da discussão sobre a extensão da plataforma continental da Rússia e também da Groenlândia e do Canadá. Em 2007, durante o Ano polar Internacional, uma missão russa fixou uma bandeira de titânio no fundo marinho do polo norte geográfico. Primeiramente esse gesto russo provocou um desconforto internacional, pois os russos estariam reclamando uma área apenas colocando uma bandeira, o que seria comparado as conquistas territoriais realizadas no século XV (DODDS, 2010).

Porém, o que está por trás desse gesto russo? Na missão de 2007, além de fixar a bandeira no polo, cientistas russos procuravam evidências de uma ligação entre a plataforma continental russa e cordilheira Lomonosov, justificando, assim, a expansão russa até o Polo Norte (DODDS, 2010). Destarte ocorrendo uma prova da continuação da plataforma oceânica russa, Canadá e Groenlândia poderiam reclamar o aumento de suas ZEEs com base no mesmo argumento, pois a cordilheira cruza o Oceano Ártico. Se confirmado o aumento das ZEEs, o Oceano Ártico praticamente deixaria de apresentar águas internacionais, dessa forma, nenhum país poderia pescar ou explorar outro recurso vivo ou não-vivo na região sem prévia autorização do Estado com jurisdição naquela área. Ou seja, se confirmados todos os pedidos de expansão de ZEEs, o Oceano Ártico passaria

a ser um oceano interno, gerenciado pelos países costeiros.

Figura 6: Batimetria e topografia do Oceano Ártico, cordilheira de Lomonosov e a busca pelo aumento da extensão da plataforma continental



Fonte: JAKOBSSON *et al.*, 2012

Ao considerarmos que o Ártico passa por rápidas modificações ambientais e políticas relatadas acima, é aconselhável que o Brasil atue na região, pelo menos para observar os cenários resultantes de tais modificações. Como uma das primeiras ações sugere-se a assinatura do Tratado de Svalbard, que daria acesso do país a essa região, tanto para realização de pesquisas científicas como para eventual exploração de recursos naturais. Nossos pesquisadores poderiam investigar como as rápidas mudanças climáticas no Ártico refletiriam em baixas latitudes.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mudanças climáticas no Ártico, somadas a busca por novas fontes de recursos renováveis e não-renováveis, tem causado um aumento na tensão no norte do planeta, pois parte desses recursos se encontram em águas internacionais, onde

os países árticos com litoral no Oceano Ártico ainda não têm jurisdição para se apropriar desses recursos. Dessa maneira, há a busca pela legitimação da expansão dos usos das plataformas continentais além das 200 milhas da Zona Econômica Exclusiva.

Se de um lado, os países querem estender suas áreas no Ártico, de outro há potenciais conflitos por áreas de interesse sobrepostas, entretanto a tendência é que esses conflitos sejam resolvidos de maneira diplomática, como o exemplo dado por Rússia e Noruega, pois havia uma área de litígio na fronteira marítima entre esses dois países, uma faixa do Oceano Ártico que era reivindicado por esses dois países, contudo Rússia e Noruega chegaram a um acordo e delimitaram a fronteira marítima em um acordo diplomático, selando assim um desfecho pacífico que deve ser imitado pelos outros países árticos que enfrentam as mesmas questões.

A geopolítica no Ártico é também um reflexo da geopolítica global, a crise da Ucrânia, por exemplo, tornou o cenário futuro no Ártico incerto, devido as sanções de muitos países contra a Rússia. A Rússia já tem explorado petróleo no Ártico, mas depende de parcerias internacionais para explorar algumas áreas, por conta das sanções econômicas alguns acordos estão suspensos, após a crise na Ucrânia, o cenário de cooperação no Ártico deu lugar a tensão, mostrando o antagonismo remanescente da Guerra Fria entre EUA e Rússia. As sanções norte-americanas impostas à Rússia atingiram em cheio o desejo russo de explorar petróleo em maior quantidade no Ártico. A empresa multinacional norte-americana ExxonMobil havia feito parceria com a petroleira russa Rosneft para extrair petróleo no Ártico russo (FORBES, 2015), porém, devido às sanções impostas pela Casa Branca, a parceira foi desfeita, o que também tem efeito negativo também sobre a empresa norte-americana que deixa de lucrar. Situações como essa colocam em xeque o cenário de cooperação buscada no Ártico.

O antagonismo Rússia/EUA pode se acentuar ainda mais, uma vez que os Estados Unidos autorizaram a extração de petróleo no mar de Chukchi no Oceano Ártico, região de fronteira entre a Rússia e o Alasca (FOLHA DE SÃO PAULO, 2015). Porém para consolidar o Ártico como área produtora de petróleo é necessário que o preço do barril esteja elevado, pois o custo de produção é elevado devido as condições ambientais severas.

Por conta desses possíveis conflitos, é essencial o papel do Conselho Ártico como órgão mediador internacional, e por ser um órgão internacional o Brasil deve ter interesse em participar como membro observador. O Brasil é um país vasto e integrado as questões ligadas ao meio ambiente. As mudanças ambientais que estão ocorrendo no Ártico desencadeiam uma série de discussões ligadas ao

meio ambiente. Assim, o Brasil deve investir em pesquisas no Ártico e também participar nas discussões políticas que envolvem a região.

Agradecimentos

Agradece-se ao CNPq e a Capes pelo fomento e também ao Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia da Criosfera pelo apoio.

NEW TERRITORIAL DYNAMICS IN THE ARTIC: COOPERATION OR NEW COLD WAR?

ABSTRACT

The Arctic is one of the most sensitive regions of the planet to climate changes and undergoes drastic environmental changes, such as a reduction in the area covered by sea ice. These changes, coupled with the demand for new areas of oil and gas exploration, have transformed the Arctic into a new zone of political tension. After briefly describing the existing natural resources, this article analyses the territorial interests and the actions carried out by the countries with an Arctic coast to explore their continental shelves and expand their Exclusive Economic Zones (EEZ) as permitted by the United Nations Convention on the Law of the Sea. These countries—Canada, Denmark (Greenland), Iceland, Norway and Russia and USA—seek to expand their geographic areas of interest and their actions to the North, primarily to exploit the natural resources found on the ocean floor. On one hand, the political scenario is uncertain, if we consider the strong Russian-USA antagonism. This tension was accentuated by the Ukraine crisis, which may contribute to the instability of Arctic international relations. On the other hand, the region is in the international forums agenda, and several non-polar nations, such as China and India, already show strong interest in the future of the Arctic Ocean, and the theme begins to come to light in Brazil.

KEY WORDS: Arctic. Geopolitics. Territory. Oil.

NUEVAS DINÁMICAS TERRITORIALES EN EL ÁRTICO: ¿COOPERACIÓN O NUEVA GUERRA FRÍA?

RESUMEN

El Ártico es una de las regiones más sensibles del planeta frente a los cambios climáticos y ha sufrido cambios ambientales drásticos, como la reducción del área de hielo marino. La disminución del hielo marino ha facilitado el acceso a las áreas de explotación de petróleo y gas. Sin embargo, para acceder a los recursos minerales de los países costeros: EE.UU.,

Canadá, Dinamarca (Groenlandia), Islandia, Noruega y Rusia, han reclamado o han tenido la intención de reclamar las zonas económicas exclusivas (ZEE) para explorar la plataforma continental a lo dispuesto por la Convención de las Naciones Unidas sobre el Derecho del Mar. En este artículo se analizan los intereses territoriales y las medidas adoptadas por estos países, así como las riquezas disponibles en la región. La expansión hacia el norte ha producido tensiones en el Ártico, ya que algunas de las áreas reclamadas se superponen. El panorama político es incierto para la región, sobre todo teniendo en cuenta el fuerte antagonismo entre EE.UU. y Rusia. Esa tensión se ha acentuado por la reciente crisis en Ucrania, lo que puede contribuir con la inestabilidad de las relaciones internacionales en el Ártico. El Ártico es debatido en el contexto internacional debido esencialmente a los cambios ambientales. Por eso, las naciones no-árticas, como Alemania, Francia, así como China e India, tienen el propósito de inserción en los temas relacionados con el Ártico. En Brasil el tema es aún incipiente, pero hay esfuerzos de la comunidad académica para que el país participe más activamente en esos debates.

PALABRAS-CLAVE: Ártico. Geopolítica. Territorio. Petróleo

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Decreto nº 1.530, de 22 de junho de 1995. Disponível em: <<http://www.aquaseg.ufsc.br/files/2011/07/CNUDM.pdf>>. Acesso em 08/12/2014.
- CIRM. Comissão Interministerial para os Recursos do Mar. Plataforma continental. Disponível em <<https://www.mar.mil.br/secirm/leplac.html>>. Acesso em 08/12/2014.
- COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS. The emerging Arctic. Disponível em: <http://www.cfr.org/polar-regions/emerging-arctic/p32620#!/?cid=otr_marketing_use-arctic_infoguide>. Acesso em 01/12/2014.
- DINAMARCA. Partial Submission of the Government of the Kingdom of Denmark together with the Government of Greenland to the Commission on the Limits of the Continental Shelf The Northern Continental Shelf of Greenland. Disponível em: <http://um.dk/en/~media/UM/Danish-site/Documents/Politik-og-diplomati/Nyheder_udenrigspolitik/2014/DNK2014_ES_N-GREENLAND.pdf>. Acesso em: 16/12/2014.
- DODDS, Klaus. Flag planting and finger pointing: The Law of the Sea, the Arctic and the political geographies of the outer continental shelf. **Political Geography**. v. 29. p. 63-73, 2010. doi:10.1016/j.polgeo.2010.02.004
- DURHAM UNIVERSITY. Maritime jurisdiction and boundaries in the Arctic region. Disponível em <<https://www.dur.ac.uk/resources/ibru/resources/Arcticmap19-07-14.pdf>>. Acesso em 09/12/2014.

ENCICLOPÉDIA BRITÂNICA. Arctic. Biological resources. Disponível em: <<http://global.britannica.com/EBchecked/topic/33100/Arctic/57882/Biological-resources>>. Acesso 03/12/2014

FOLHA DE SÃO PAULO. Com ressalvas, EUA liberam extração de petróleo no Ártico. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2015/05/1627819-com-ressalvas-eua-liberam-extracao-de-petroleo-no-artico.shtml>>. Acesso em 14/05/2015.

FORBES. Here's what Exxon 'lost' from Russia sanctions. Disponível em: <<http://www.forbes.com/sites/kenrapoza/2015/02/27/heres-what-exxons-lost-from-russia-sanctions/>>. Acesso em 02/10/2015.

HEAD, Ivan L. CANADIAN CLAIMS TO TERRITORIAL SOVEREIGNTY

IN THE ARCTIC REGIONS. **McGill Law Journal** v. 9, n. 3, p. 200-226, 1963. Disponível em: <<http://lawjournal.mcgill.ca/userfiles/other/131472-head.pdf>>. Acesso em: 17/12/2014.

INTERNATIONAL BOUNDARIES RESEARCH UNIT. Maritime jurisdiction and boundaries in the arctic region. Disponível em <https://www.dur.ac.uk/resources/ibru/resources/ibru_arctic_map_27-02-15.pdf>. Acesso em 14/05/2015

JAKOBSSON, M., et. al. (2012), The International Bathymetric Chart of the Arctic Ocean (IBCAO) Version 3.0, **Geophysical Research. Letter**, 39, L12609, doi:10.1029/2012GL052219.

KOKKO, K., et al. **Sound Mining in the North—A Guide to Environmental Regulation and Best Practices Supporting Social Sustainability**. Research Report, (2014) Multiprint Oy, Oulu.

SANTOS, Leo Evandro Figueiredo dos. **O regime jurídico do Ártico**. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2007. 129 p.

NORDREGIO. Resources in the Arctic. Disponível em: <<http://www.nordregio.se/Maps--Graphs/05-Environment-and-energy/Resources-in-the-Arctic/>>. Acesso em 01/12/2014.

NORUEGA. Norway and Russia ratify treaty on maritime delimitation. Disponível em: <http://www.regjeringen.no/en/archive/Stoltenbergs-2nd-Government/Ministry-of-Foreign-Affairs/Nyheter-ogressemeldinger/pressemeldinger/2011/maritime_delimitation.html?id=646614>. Acesso em 12/12/2014.

PERRY, Charles M. ANDERSEN, B. **New strategic dynamics in the arctic region**. Implications for National Security and International Collaboration. The Institute for Foreign Policy Analysis: Cambridge, 2012. 177 p.

REINDEER HERDING. What is reindeer husbandry? What is reindeer herding? Disponível em <<http://reindeerherding.org/herders/what-is-reindeer-husbandry/>>. Acesso em: 03/12/2014.

TAMNES, Rolf. Arctic security and Norway. In: KRASKA, James. **Arctic security in an age of climate change**. Cambridge: Cambridge University Press, 2011. p.47-63.

THE ARCTIC. Other minerals. Disponível em: <<http://www.arctic.ru/natural-resources/other-minerals>>. Acesso em 01/12/2014.

THE ECONOMIST. Resources Hidden treasure, High commodity prices, receding ice and better technology are spurring a hunt for Arctic. Disponível em: <<http://www.economist.com/node/21556800/print>>. Acesso em: 01/12/2014.

THE GUARDIAN. Mining threatens to eat up northern Europe's last wilderness. Disponível em: <<http://www.theguardian.com/environment/2014/sep/03/mining-threat-northern-europe-wilderness-finland-sweden-norway>>. Acesso em 01/12/2014.

TRUMAN, Harry S. Truman: "Proclamation 2667 - Policy of the United States With Respect to the Natural Resources of the Subsoil and Sea Bed of the Continental Shelf," September 28, 1945. Online by Gerhard Peters and John T. Woolley, The American Presidency Project. <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=12332>.

USGS. UNITED STATES GEOLOGICAL SURVEY. Circum-Arctic Resource Appraisal: Estimates of Undiscovered Oil and Gas North of the Arctic Circle. Disponível em: <<http://pubs.usgs.gov/fs/2008/3049/fs2008-3049.pdf>>. Acesso em 04/06/2014.

Data de recebimento: 26/05/2015

Data de aceite: 29/12/2015